

A PARTICIPAÇÃO DA CIDADE E SEUS ELEMENTOS NOS CONGRESSOS DE PESQUISA EM DESIGN: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Gabriel H. C. Bonfim
UNESP
Bauru, SP, Brasil
gh_cb@hotmail.com

Érica Pereira das Neves
UNESP
Bauru, SP, Brasil
ericapneves@yahoo.com.br

Jamille N. de Lima Lanutti
UNESP
Bauru, SP, Brasil
jamille_lanutti@hotmail.com

Luis Carlos Paschoarelli
UNESP
Bauru, SP, Brasil
paschoarelli@faac.unesp.br

Bartolomeu Adalberto Figueiredo Paiva
Universidade de Aveiro
Aveiro, Portugal
b.paiva@esec.pt

RESUMO

A pesquisa e o desenvolvimento científico na área do Design têm se ampliado expressivamente nos últimos anos, entretanto, essa é uma área muito abrangente com uma grande diversidade de temas e campos de atuação. Assuntos atrelados à cidade e seus elementos podem estar intimamente relacionados ao Design, porém, não se sabe exatamente quanto a pesquisa na área do urbanismo pode contribuir para o desenvolvimento do design e vice-versa. O presente estudo objetivou identificar o nível de envolvimento entre Design e Urbanismo. Para tanto, foi realizada uma análise bibliométrica de temas correlatos ao urbanismo presentes no Congressos P&D Design e CIPED. Os resultados mostram uma maior aparição dos temas 'mobiliário urbano', 'cidade' e 'urbanidade'. De maneira geral, observou-se um aumento gradativo dos temas relacionados a urbanismo nos congressos de Design, evidenciando uma maior aproximação entre essas áreas.

PALAVRAS-CHAVE

Design, Urbanismo, Cidade, Bibliometria.

ABSTRACT

The research and scientific development in the Design area have expanded significantly in recent years, however, this is a very broad area with a wide range of topics and fields. Issues linked to the city and its elements may be closely related to the Design, however, it is not known exactly how much research in urbanism can contribute to the development of Design and vice versa. This study aimed to identify the level of engagement between Design and Urbanism. For this, it was held a bibliometric analysis of issues related to urbanism present in the Brazilian Conference of Research and Development in Design (P&D Design) and in the International Conference of Research in Design (CIPED). The results show a greater appearance of the subjects 'street furniture', 'city', and 'urbanity'. Overall, there was a gradual increase in issues related to urbanism in the Design Conferences, highlighting a closer relationship between these areas.

KEYWORDS

Design, Urbanism, City, Bibliometrics.

INTRODUÇÃO

O design enquanto área de investigação se caracteriza pela *trans* e multidisciplinaridade. Tecnologia, Mercado, Contexto e Uso são os principais aspectos que subsidiam as subáreas de conhecimento que ajudam a fundamentar os aspectos teóricos e práticos do design.

Quanto o fator contexto é analisado, a área de principal interação com o Design é a Arquitetura e Urbanismo. Inclusive, no Brasil, o Design, a Arquitetura e o Urbanismo estão integrados na mesma área de avaliação da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a qual avalia a pós-graduação *Stricto sensu* no país.

Design, Arquitetura e Urbanismo são áreas do projeto que atuam em diferentes escalas: a humana (Design), o ambiente (Arquitetura) e o espaço (Urbanismo). Neste último contexto, Design e Urbanismo parecem estar mais associados aos aspectos da ocupação do espaço urbano e as contribuições que o design pode apresentar.

Por outro lado, não se sabe ao certo, em qual nível a pesquisa na área do urbanismo pode contribuir para o desenvolvimento do design, sendo o inverso, também verdadeiro.

O presente estudo, de caráter exploratório, teve como propósito apresentar um quadro da pesquisa na área do urbanismo apresentado no Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design - P&D Design e no Congresso Internacional de Pesquisa em Design - CIPED.

Para tanto, descreve os principais tópicos teóricos da relação Design e Urbanismo e, na sequência, apresenta um estudo bibliométrico cujos objetos de análise são os anais publicados nesses que são considerados os principais congressos científicos na área do Design no Brasil.

O DESIGN E A CIDADE

O processo de transformação e evolução das cidades influencia a percepção acerca de seu significado e sentido. Configurando-se como um “organismo vivo”, mantém-se viva por meio de seu ambiente ecológico, uma vez concebida a ecologia como um estudo da relação dos seres vivos e seu ambiente [1].

Os seres vivos, ao caminhar pelo universo urbano, inserem-se em uma rede de discursos que partilham diversas vozes que interagem entre si [1] e constroem significados. Como destaca Barros,

“[...] quem caminha observa a paisagem, vivencia possibilidades e interditos, vai ao encontro ou foge do encontro com outros passantes, segrega ou é segregado (...), vivencia emoções olfativa e táteis”. [1]

O público interfere de maneira direta na avaliação subjetiva do indivíduo acerca do contexto urbano. Como justifica Scocuglia, Chaves e Lins [2], o indivíduo precisa ler o ambiente em busca de referência e orientação as quais o ajuda a construir uma percepção sobre o espaço. Os autores também reforçam que,

“[...] a leitura da imagem formada pelo usuário denuncia quão legível é esse espaço, bem como o grau da relação habitante-cidade, fator importante no uso desses espaços”. [2]

Dado isso, os elementos tangíveis e intangíveis que o configuram devem, por sua essência, contribuir para a conexão e integração entre as áreas urbanas e os indivíduos, revelando-se, assim, o espaço mais democrático de toda a cidade. Contudo, intrínsecas à vida pública, as implicações acerca dos espaços urbanos são sensíveis às manifestações culturais, sociais e econômicas de determinada época. A complexidade dessas manifestações, decorrentes principalmente da globalização, interfere na leitura espacial do indivíduo, promovendo inquietudes no que tange a configuração espacial adequada às diferentes personalidades da contemporaneidade. A explosão e difusão de novas tecnologias de informação e de comunicação, por exemplo, determinam novos padrões de sociabilidade, contribuindo, assim, para uma percepção subjetiva do espaço diferente das estabelecidas pelos processos urbanísticos de gerações passadas. Da mesma maneira, os fatores que envolvem o aumento da criminalidade ou as mudanças no sistema de transportes, tanto público quanto privado, também interferem na qualidade da vivência do espaço público.

Ascher [3] destaca que tal realidade fez com que os vínculos sociais se multiplicassem ao mesmo tempo que se tornaram frágeis e muito

numerosos. O autor reforça o conceito da terceira modernidade e a sua revolução urbana, as quais fizeram emergir novas atitudes diante do futuro, bem como novos projetos, modos de pensar e ações diferenciadas.

Nas palavras de Ascher, a

“[...] terceira revolução urbana já começou faz tempo: em trinta anos, a evolução foi considerável nas práticas dos cidadãos, nas formas das cidades, nos meios, motivos, locais e horários dos deslocamentos, das comunicações e das trocas, nos equipamentos públicos e serviços, na tipologia dos lugares urbanos, as atitudes em relação à natureza e ao patrimônio”. [3]

De maneira resumida, cinco grandes mudanças são destacadas pelo autor: a metapolização, a transformação dos sistemas urbanos de mobilidade, a formação do espaço-tempo individual, a redefinição das relações entre

interesses individuais, coletivos e gerais, e as novas relações de risco.

Rogers [4], por sua vez, comenta que no contexto pós-moderno, o cidadão tem se enclausurado em territórios protegidos e individuais, minando assim, a vitalidade da cidade. Como pondera o autor, o resultado dessa tendência é o declínio da vitalidade de nossos espaços urbanos” [4]. Esse movimento tende a fazer com que os espaços públicos desapareçam e consequentemente perde-se o hábito da vida urbana na rua. Em suas palavras, reforça que,

“[...] desaparece a cidadania – a noção da responsabilidade compartilhada por um ambiente – e a vida na cidade torna-se dividida, com os ricos situados em territórios protegidos e os pobres fechados em guetos ou favelas” [4] (Figura 1).



Figura 1. Segregação espacial – Paraisópolis e Morumbi na cidade de São Paulo (SP).

Como alternativa para reverter tal quadro, Rogers destaca a importância da percepção do indivíduo quanto a sua participação na cidade. Para tanto, destaca a relevância do indivíduo na transformação da cidade, o qual deve exigir mudanças fundamentais na prática do poder público, no comércio, na arquitetura, no planejamento urbano e, naturalmente, no próprio comportamento humano. Expõe também que as

novas tecnologias capacitam a sociedade a expandir o uso do recurso humano mais valioso: a imaginação criativa, ou o poder intelectual [4].

Rogers acredita que a cidade deve emancipar e civilizar, e vislumbra no espaço público as chances do amadurecimento social. Como destaca o autor:

“Um espaço público seguro e não excludente, em todas as suas formas desde os grandiosos até os mais íntimos, é fator essencial para a integração e

coesão social. A democracia encontra sua expressão física nos espaços multifuncionais de domínio público, na vitalidade de suas ruas. E no centro de tudo isso está a forma como os edifícios contêm ou atuam como pano de fundo para a encenação espontânea e caótica da vida cotidiana (...). Os direitos humanos criam a liberdade de espaço público". [4]

No que tange o espaço público, Paiva o conceitua como um território plural e democrático, e, por isso, revela a urgência de se debater acerca de sua importância na reconfiguração e melhoria da vida dos cidadãos. De acordo com o autor, há uma necessidade latente de qualificar o espaço físico em espaço de relação, e desse modo "aceder ao estatuto de espaço público". [5]

É nesse contexto que o Design emerge como ciência capaz de criar meios tangíveis e intangíveis de (re)qualificação e otimização do espaço urbano negligenciado. Como evidencia Rogers, "[...] a forma da cidade pode estimular uma cultura urbana que gere cidadania e este importante papel precisa reconhecido" [4].

O caráter multi, inter e transdisciplinar do Design contribui de maneira significativa ao bem-estar social por meio de ferramentas que permitem a manipulação de elementos tangíveis e intangíveis que configuram narrativas urbanas e arquitetônicas referenciais aos cidadãos. Para tanto, como ponderam Press e Cooper [6], o design deve compreender as mudanças da cidade e da sociedade bem como deve lidar com tal complexidade por meio do desenvolvimento de estratégias que visam alcançar um senso de orientação pessoal.

O design deve, dessa maneira, atuar na intervenção, concepção e implementação de imagens identitárias significantes e coerentes ao contexto urbano e social. Retomando Press e Cooper [6], o design contribui para a experiência do cidadão por meio de uma perspectiva mais abrangente, equilibrada, pertinente e forte, uma vez que possui ferramentas que compreendem de maneira holística todo o contexto das cidades, incluindo manifestações culturais e sociais históricas. Tais ferramentas configuram-se por sua capacidade de comunicação e por sua atuação em prol da renovação e formação do papel crítico das cidades frente à construção do mundo contemporâneo.

Na conceituação de Paiva [7], o design deve assumir:

"[...] um papel socializante no respeito pela ecologia urbana nas suas múltiplas dimensões, designadamente na responsabilidade pela inclusão, na criatividade e inovação, na defesa da (re)valorização e (re)invenção do patrimônio cultural, numa abordagem multidisciplinar que integre a sociedade, a economia, o ambiente e a cultura". [7]

O autor também destaca que os conceitos de design, patrimônio e cultura, integram

"[...] uma visão 'inclusiva' das suas relações, constituindo por isso os elementos estruturantes com os quais se pode tecer o conceito de urbanidade reportado à cidade/polis, em que a participação na construção do espaço público, enquanto patrimônio da democracia urbana, remete para a noção cultural de cidadania" [7].

ESTABELECENDO CONCEITOS

Por se tratar de uma avaliação bibliométrica, o presente estudo delimitou alguns termos relacionados ao contexto urbano que serviram de base para a pesquisa. Dessa forma, é importante que se conheça a definição de cada um desses termos para clarificação dos conceitos considerados na análise dos anais dos congressos.

Cidade

Mesmo não havendo um padrão para definição de cidade, sabe-se que o seu conceito e classificação podem ser baseados em critérios quantitativos ou qualitativos/administrativos.

Um significado encontrado para a palavra cidade na língua portuguesa foi:

"aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo". [8]

Em se tratando de cidade no Brasil, esta é vista e entendida como: "[...] um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública." [9].

Portanto, cidades podem ser definidas como: "[...] agrupamentos de população que não produzem seus próprios meios de subsistência alimentar." Dessa forma, para que uma cidade possa existir, é necessário que, desde sua origem,

sejam realizadas trocas de diferentes naturezas entre os produtores de bens de subsistência e os produtores de bens manufaturados, bens simbólicos, o poder e a proteção [3].

De forma mais ampla:

"[...] as cidades são centros de comunicação, aprendizado e empreendimentos comerciais complexos. Elas abrigam grandes concentrações de famílias, concentram e condensam energia física, intelectual e criativa. São lugares de atividades e funções muito diversificadas: exposições e manifestações, bares, catedrais, lojas e teatros". [3]

Nas cidades, também é possível encontrar uma grande variedade de idades, raças, culturas e atividades, sendo que o seu sucesso está atrelado, basicamente, à prioridade que os habitantes e o poder público dão à concepção e conservação de um ambiente urbano e humano. [4].

Patrimônio

A rapidez da fluidez das atividades nas cidades contemporâneas e a efemeridade dos acontecimentos urbanos, acabam dificultando a definição de patrimônio, uma vez que se trata "[...] de um conceito evolutivo e dinâmico" [10]. Entretanto, vale ressaltar que este termo deriva do latim *patrimonium* e era utilizado para se referir à "propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança" [11].

Pode-se então perceber que essa definição ampliou-se, sendo usada como referência a bens herdados de gerações anteriores. Além disso, o termo

"[...] associa o bem (i)material à herança (i)material, dimensões não dissociáveis da cultura e da memória, pelas implicações que os valores patrimoniais projetam sobre a história das sociedades". [05]

Assim sendo, o sentido de patrimônio está na "[...] permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento" [12].

A constituição brasileira considera patrimônio os

"[...] bens de natureza material e imaterial [...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade". [13]

Concomitante à essa ideia, está a definição de Ribeiro [14] que apresenta patrimônio como "[...] uma expressão cultural que empresta identidade a um grupo social".

De maneira geral, pode-se entender o patrimônio como um "[...] esforço constante de resguardar o passado no futuro" [12]; podendo se caracterizar por uma herança que representa um passado histórico e cultural, deixada como legado para que as gerações futuras sejam mais conscientes em relação àquilo que as antecedeu.

Urbanidade

Para entender urbanidade, é preciso saber que esse termo expressa simultaneamente um estado de espírito e um modo de vida, podendo ser até mesmo um código de conduta. É a urbanidade que possibilita o anonimato dos cidadãos, mas ao mesmo tempo proporciona ampla sociabilidade, mas que eventualmente pode se tornar descontínua ou episódica, devido às constantes transformações que ocorrem na cidade, necessitando de uma adaptabilidade a diferentes modos de vida [3].

Dessa forma, é possível identificar a urbanidade como um conceito e espaço de reflexão que estão centrados nas recorrentes evoluções que ocorrem nas cidades, sendo que seu principal pressuposto é o envolvimento e participação de autores, gestores e cidadãos para reflexão da cidade sob o ponto de vista cognitivo, fazendo com que o espaço público seja, de fato, um lugar para o exercício da cidadania [5].

Portanto, urbanidade pode ser entendida como um

"[...] desígnio material e imaterial das cidades, capaz da instauração de uma cultura social e ecológica de referência, que elege o espaço público como patrimônio de democracia urbana, no qual radica a noção cultural de cidadania" [5]

Urbanismo

Apesar de a noção que termo urbanismo abrange ser tão velha quanto a civilização urbana, a expressão "urbanismo" vista como uma disciplina de caráter reflexivo e crítico, que se apresenta como ciência, surgiu apenas no fim do século XIX. [15]. O intuito era estudar, organizar e intervir em espaços urbanos devido à

precariedade das condições de habitação das grandes cidades europeias. No entanto, foi apenas no fim do século XX que o conceito de urbanismo passou a ter uma maior maturidade teórica.

Em 1928, um grupo de arquitetos de diferentes nacionalidades e formações se reúne na Suíça, e apresentam o urbanismo como sendo

"[...] a disposição de lugares e dos locais diversos que devem resguardar o desenvolvimento da vida material, sentimental e espiritual em todas as manifestações, individuais e coletivas. Abrange tanto as aglomerações urbanas como os agrupamentos rurais." [16].

Além disso, o urbanismo também é visto como

"[...] o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras." [17]

Concomitante à essa definição, tem-se o urbanismo como "[...] o ato de intervir fisicamente, de construir, de ampliar, de reciclar, ou de revitalizar, a partir de um projeto gráfico e intencionalmente claro [18]. Neste sentido, o urbanismo apresenta-se como uma universalidade científica que busca solucionar o problema das cidades pela síntese do ponto de vista correto [19].

Entretanto, sabe-se que o conceito de urbanismo é mais amplo e não está relacionado apenas às ideias de intervenção física em espaços urbanos, por meio de construções, alterações, embelezamento, saneamento, tanto em espaços públicos como em espaços privados; mas o conceito amplia-se também à organização da "[...] maneira como a própria sociedade constrói e consome a cidade" [20], sendo, portanto, "[...] um testemunho de um vasto conjunto de práticas, quais sejam as da contínua e consciente modificação do estado do território e da cidade" [21].

Conclui-se que urbanismo é um termo cuja origem valoriza as intervenções físicas no espaço urbano como uma solução para a problemática das cidades que estão em constantes transformações, o qual por vezes propõe a construção de uma nova cidade por meio de uma nova sociedade, mas que

também busca uma redefinição da sociedade através de suas intervenções.

Espaço público

Espaços públicos são, de maneira mais ampla, espaços de encontros e socialização e, portanto, é possível notar uma crescente necessidade pela recuperação de praças, revitalização de centros históricos, reabilitação de espaços degradados, valorização de elementos do patrimônio, considerados a alma das cidades. "Aí se afirmam, com particular vigor, os desígnios interclassistas, intergeracionais e interculturais (...)" [22].

Portanto, por definição, espaço público é

"[...] um território plural, aberto à manifestação de opiniões e ações de convergência e divergência, assumindo na contemporaneidade um relevo acrescido, tendo em devida conta o incremento e as novas lógicas de (re)conceitualização física e social das cidades." [5].

Arte pública

Sabe-se que

"um objeto pode simbolizar coisas diferentes em momentos diferentes, e nada noutros momentos. Um objeto inerte ou puramente utilitário pode vir a funcionar como arte, e uma obra de arte pode vir a funcionar como objeto inerte ou puramente utilitário." [23]

Tendo isso em mente, é possível entender a arte pública como

"(...) prática social cujo objeto é o sentido da paisagem urbana mediante a atividade de objetos/ações de uma marcada componente estética (...). Se o objeto de Arte Pública é produzir sentido para áreas territoriais, o seu objetivo é coproduzir o sentido de lugar em consonância com as práticas de design urbano que formam a morfologia do espaço público". [24]

Mobiliário Urbano

A Norma Brasileira 9283/86 define mobiliário urbano como

"todos os objetos, elementos e pequenas estruturas integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados." [25]

Dessa forma, foram considerados como mobiliário urbano: pontos de ônibus, bicicletários, calçadas, parquímetros, passarelas, rampas, escadarias, semáforos, palanques, coretos,

mesas, assentos, playgrounds, quadras de esporte, caixas de correio, cabines telefônicas, orelhões, postes, luminárias, bebedouros, bicas, chafarizes, fontes, tanques, balaústres, cabines policiais, guaritas, hidrantes, caramanchões, pérgolas, quiosques, bancas, trailers, cartazes, letreiros, painéis, placas, relógios, canteiros, calçadões, esculturas, estátuas, espelhos d'água, jardineiras, vasos, mirantes e obeliscos.

Equipamentos Urbanos

Visando a gestão, o cadastramento e o planejamento urbano, a Norma Brasileira 9284/86 apresenta por definição de equipamentos urbanos "todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados." [26]

Seguindo esse conceito, considerou-se equipamentos urbanos: estacionamentos, logradouros, vias, terminais e estações do sistema de transporte, bibliotecas, cemitérios, centros culturais, centros de convenção, cinemas, jardins botânicos, zoológicos, hortos florestais, museus, teatros, templos, campo e pista de esportes, clubes, estádios, ginásio de esportes, parques, praças, correios, lavanderias coletivas, corpo de bombeiros, delegacias, instalações militares, postos policiais, postos de salvamento, armazéns, mercados municipais, postos de abastecimento de veículos, supermercados, prefeituras, câmaras, fóruns, asilos, centros comunitários, creches, orfanatos, penitenciárias, reformatórios, colégios, escolas, escolas técnicas, faculdades, universidades, centros e postos de saúde, hospitais e ambulatórios.

BIBLIOMETRIA

A bibliometria é uma área de estudos das Ciências da Informação que emprega instrumentos matemáticos e estatísticos para investigar e quantificar os processos de comunicação escrita, ou seja, "é um conjunto de métodos de pesquisa [...] que utiliza análise quantitativa de dados, para mapear a estrutura de um campo científico e também como ferramenta para análise do comportamento dos pesquisadores

em suas decisões na construção deste conhecimento" [27].

Segundo Guedes e Borschiver [28], dentre as leis bibliométricas encontra-se a Lei de Bradford que permite estimar a relevância de periódicos em dada área do conhecimento, ou seja, a produtividade de periódicos. Em função dos objetivos deste estudo, focou-se nos conceitos relacionados à Lei de Bradford, porém voltando-se a produção de temas específicos publicados, visando observar possíveis relações entre áreas temáticas.

De acordo com Guedes e Borschiver [28], essa Lei sugere que na medida em que os primeiros artigos sobre um assunto são produzidos, eles são publicados em meios apropriados, quando aceitos, esses temas atraem mais e mais artigos, no decorrer do desenvolvimento da área de assunto. Com tempo, se o assunto continua a se desenvolver, emergem núcleos de estudos e pesquisas, responsáveis por mais produção de conhecimento e divulgação de resultados. Sendo assim, a bibliometria, um instrumento útil para estimar o crescimento e desenvolvimento de determinada área bibliográfica. Estudos deste gênero foram realizados por Marques et al [29] em Dermatologia; Munari et al [30] em Saúde Mental; Leite Filho [27] em contabilidade; Rasmussen-Cruz et al [31] em Saúde Pública; Lacerda et al [32] em Engenharia de Produção.

P&D Design e Ciped

O Design é reconhecido por ser uma área multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar e que, assim sendo, usa os saberes de outras áreas para a construção de seus próprios saberes e, da mesma, usa os seus saberes para auxiliar no desenvolvimento de outras áreas. Ao que Magalhães [33] corrobora ao afirmar que design por "uma atividade contemporânea e, como tal, nasceu da necessidade de se estabelecer uma relação entre diferentes saberes. Nasceu, portanto naturalmente interdisciplinar"

Segundo o texto de apresentação dos Anais do 2º CIPED, foi em 1994 que um pequeno grupo liderado pela pesquisadora Anamaria de Moraes da PUC/RJ, fez uma chamada nacional aos pesquisadores da área. Desse modo, ocorreu o primeiro Congresso Brasileiro de Pesquisa e

Desenvolvimento em Design, o 1º P&D Design, realizado nesse mesmo ano na cidade de São Paulo/SP.

Apesar das dificuldades enfrentadas no início, o congresso consolidou-se e expandiu-se ao longo dos anos, ocorrendo a cada dois anos: 2º P&D Design – Belo Horizonte/MG, 1996; 3º P&D Design – Rio de Janeiro/RJ, 1998; 4º P&D Design – Novo Hamburgo/RS, 2000; 5º P&D Design – Brasília/DF, 2002; 6º P&D Design – São Paulo/SP, 2004; 7º P&D Design – Curitiba/PR, 2006; 8º P&D Design – São Paulo/SP, 2008; 9º P&D Design, São Paulo/SP, 2010; 10º P&D Design, São Luís/MA; 11º P&D Design, Gramado/RS, 2014.

Sendo atualmente um dos principais congressos de Design no Brasil e um dos principais meios de discussão e divulgação de pesquisas nessa área.

Quanto ao Congresso Internacional de Pesquisa em Design (CIPED), este vem sendo realizado no Brasil desde 2002, sendo organizado pela Associação Nacional de Pesquisa em Design (ANPED). A primeira edição ocorreu de forma concomitante ao 5º P&D Design, na cidade de Brasília/DF. O 2º CIPED aconteceu no Rio de Janeiro/RJ, em 2003, assim como 3º CIPED (2005) e o 4º CIPED (2007), que permaneceram na cidade. O 5º CIPED ocorreu em Bauru/SP, no ano de 2009. O 6º CIPED (2011), aconteceu Lisboa, Portugal.

Ao que se destaque, que em ambos os congressos, embora de Design, pode-se encontrar trabalhos relacionados a outras áreas, como a arquitetura e o urbanismo, por exemplo.

OBJETIVO

Dentre os congressos de pesquisa de grande relevância para a área do Design encontram-se o CIPED e o P&D, os quais apresentam dados que permitem caracterizar a produção em Design. Portanto, o objetivo do presente estudo foi identificar o grau de envolvimento da área (design) com os conhecimentos das áreas de Arquitetura e o Urbanismo. Conhecer a interação das áreas possibilita compreender as possíveis condições de colaboração entre os grupos de pesquisa pertencentes às mesmas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Objeto de estudo

Foram analisados para este estudo:

- P&D: Anais impressos das edições de 1994 a 2000; e digitais das edições de 2004 a 2014;
- P&D/ CIPED 2002: Anais digitais. Esta edição dos dois eventos ocorreu de forma conjunta;
- CIPED: Anais digitais das edições de 2003 a 2011.

CrITÉRIOS avaliados

Buscou-se verificar em cada edição o número total de artigos relacionados a “Arquitetura e urbanismo”, relacionados aos conceitos: Cidade, Patrimônio, Urbanidade, Urbanismo, Espaço público, Arte pública, Mobiliário Urbano, e Equipamentos Urbanos.

Áreas que foram definidas com base no trabalho realizado por Paiva [5] e as normas NBR 9283/86 e NBR 9284/86.

Além disso, quantificou-se quanto ao número de publicações que relacionaram Arquitetura e Urbanismo ao Design ao longo dos anos.

Coleta de dados

Considerando o objetivo proposto neste estudo e os critérios de avaliação estabelecidos, realizou-se cuidadosa verificação dos anais digitais e impressos. Por meio da interface gráfica de cada evento foram localizadas as listas dos trabalhos com os respectivos links de acesso aos artigos.

Na sequência os artigos foram acessados individualmente para verificação, não apenas do título, mas das palavras chaves, resumos e também ao longo de todo o texto, buscando compreender qual o foco principal do estudo. Todos os artigos disponíveis nos anais foram incluídos no estudo, inclusive aqueles inseridos na categoria Pôster.

Este procedimento foi padronizado para todas as edições dos eventos, inclusive para os anais impressos, com exceção das edições que não apresentavam interface gráfica, a qual exigia o acesso à todos os artigos publicados e avaliação de cada um deles.

Análise de dados

Os dados gerais foram organizados em planilha eletrônica do Microsoft Office Excel® 2010. A análise dos dados baseou-se em estatística descritiva, com o agrupamento dos dados segundo os critérios estabelecidos previamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesse estudo reúnem dados representativos da pesquisa em Design no que tange as temáticas da Arquitetura e do Urbanismo. Verifica-se uma produção que variou ao longo dos anos (Figura 2). No Ciped inicialmente essa variação ocorreu mais timidamente e a partir de 2007 tornou-se crescente. Para o P&D Design destaca-se grande aumento de 1996 para 1998, leve crescimento até 2008 e considerável declínio em 2010, com crescimento nos anos seguintes.

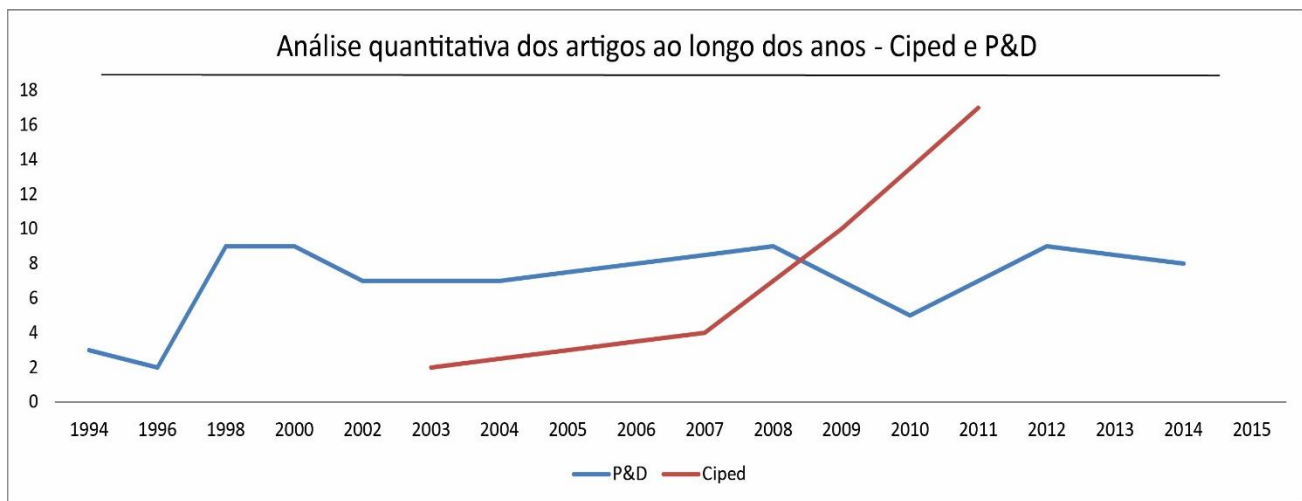


Figura 2 - Totais de produção bibliográfica em Ergonomia para o Ciped e P&D Design.

De maneira geral percebe-se que no P&D as publicações relacionadas à cidade e seus elementos mantiveram uma constância, já o CIPED, teve um número maior de publicações dentro do tema em suas últimas edições.

A diminuição do número total de artigos do P&D na edição do ano de 2010 (529 artigos), pode explicar o fato do número de artigos que envolvem a cidade e seus elementos ter reduzido em comparação aos seus anos anteriores. O mesmo pode ter ocorrido na edição de 2014, quando o número total de artigos aprovados (322) foi drasticamente menor do que seu ano anterior, de 2012, que totalizou 923 artigos aprovados. Fato esse que pode justificar o novo crescimento da temática urbana nesse congresso.

O P&D Design em todas as suas edições contou com 3824 trabalhos publicados, dentre os quais 76 relacionados a arquitetura. Já o CIPED contou com

1535 trabalhos publicados em todas as suas edições e dentre estes 35 em cidade e seus elementos, sendo que o maior número de publicações ocorreu na última edição do evento.

A Tabela 1 exibe o quantitativo de artigos relacionados ao tema, para os termos selecionados para este estudo.

Conceitos utilizados	Ciped	P&D	Ciped + P&D
Cidade	12	9	21
Patrimônio	1	1	2
Urbanidade	3	9	12
Urbanismo	3	3	6

Espaço público	2	8	10
Arte pública	2	1	3
Mobiliário urbano	10	40	50
Equipamentos urbanos	2	5	7
TOTAL	35	76	111

Tabela 1 - Totais de produção bibliográfica para o Ciped e P&D Design.

e seus elementos entre os dois congressos. O que pode ser explicado pelo fato de o P&D ter tido mais edições do que o Ciped, e por isso, um número maior de artigos aprovados.

Para o Ciped (Figura 3) observa-se maior porcentagem de publicações para o tema 'cidade', seguido de 'mobiliário urbano', 'urbanidade' e 'urbanismo'.

A Tabela 1 mostra uma variação relevante entre o número de trabalhos relacionados à cidade

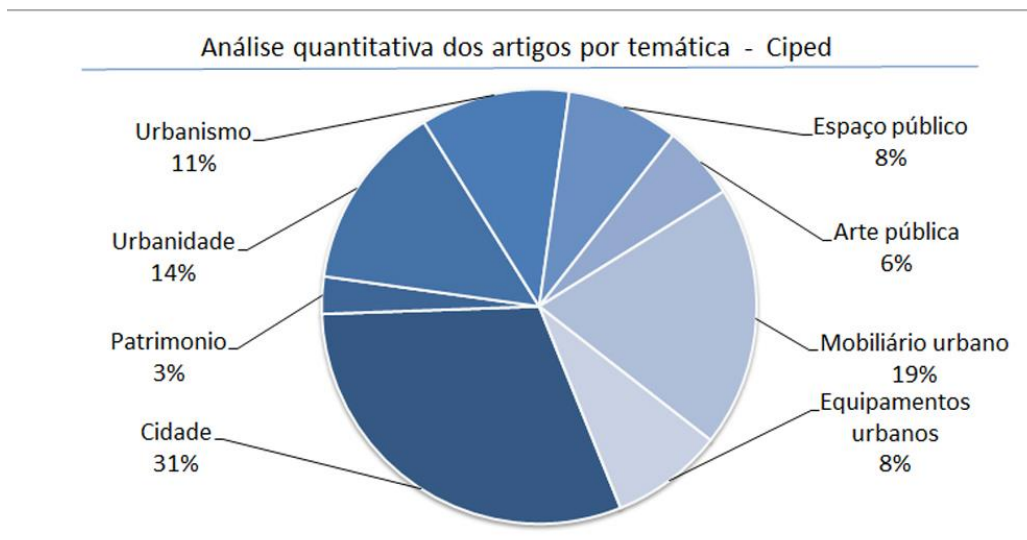


Figura 3 - Análise quantitativa e estatística dos artigos por temática - Ciped

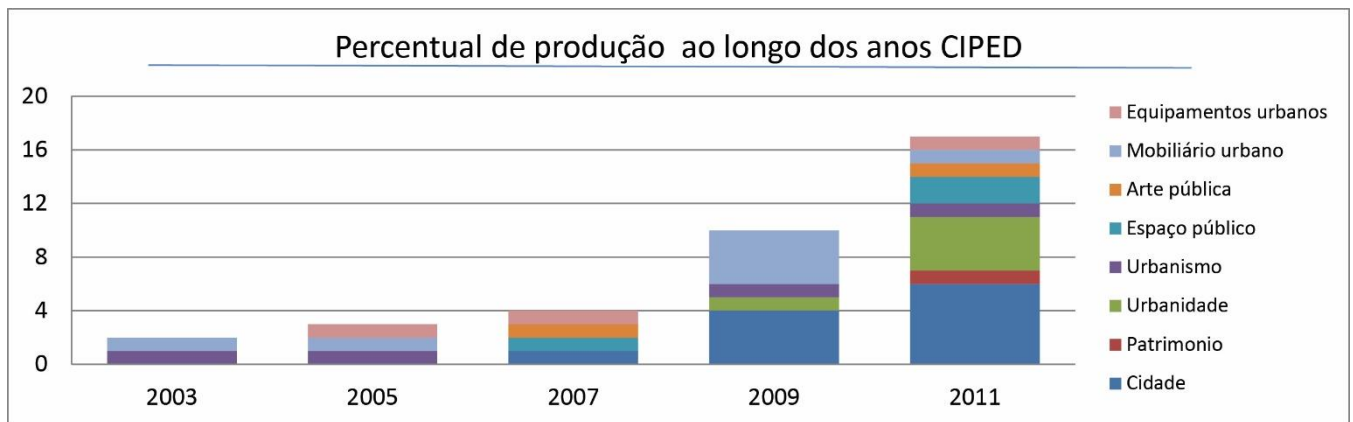


Figura 4 - Análise de artigos aprovados por temas - Ciped

Observa-se que nas duas primeiras edições o tema 'mobiliário urbano' e 'urbanismo' tiveram mais representatividade entre os artigos relativos ao tema. Contudo, no ano de 2007, esses temas não foram evidenciados no congresso. Em 2009 o tema 'mobiliário urbano' e 'urbanismo' são retomados, entretanto, apenas o primeiro é expressivo, assim como o tema 'cidade'. No ano de 2011, o tema 'cidade' continua mantendo destaque juntamente com a 'urbanidade'.

O destaque nesses últimos anos dos temas 'cidade' e 'urbanidade' pode estar correlacionado à emergência das discussões acerca da configuração

da cidade na contemporaneidade, a qual implica, em uma perspectiva mais humana, centrada no cidadão. Esse panorama reflete sobre as ponderações de Cooper [5] e Paiva [6] com relação à participação do Design na experiência do cidadão por meio das estruturas socializantes da cidade.

Já no P&D Design (Figura 5) observa-se maior porcentagem de publicações para o tema 'mobiliário urbano', seguido de 'cidade', 'urbanidade' e 'espaço público'. A Figura 6 apresenta os montantes de publicações relativos a cada tema para este congresso.

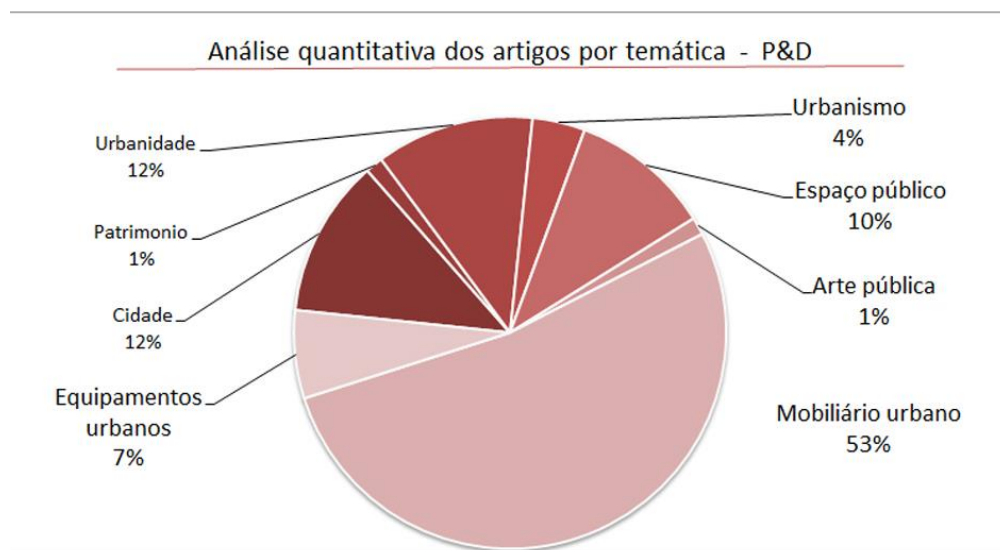


Figura 5 - Análise quantitativa e estatística dos artigos por temática - P&D Design

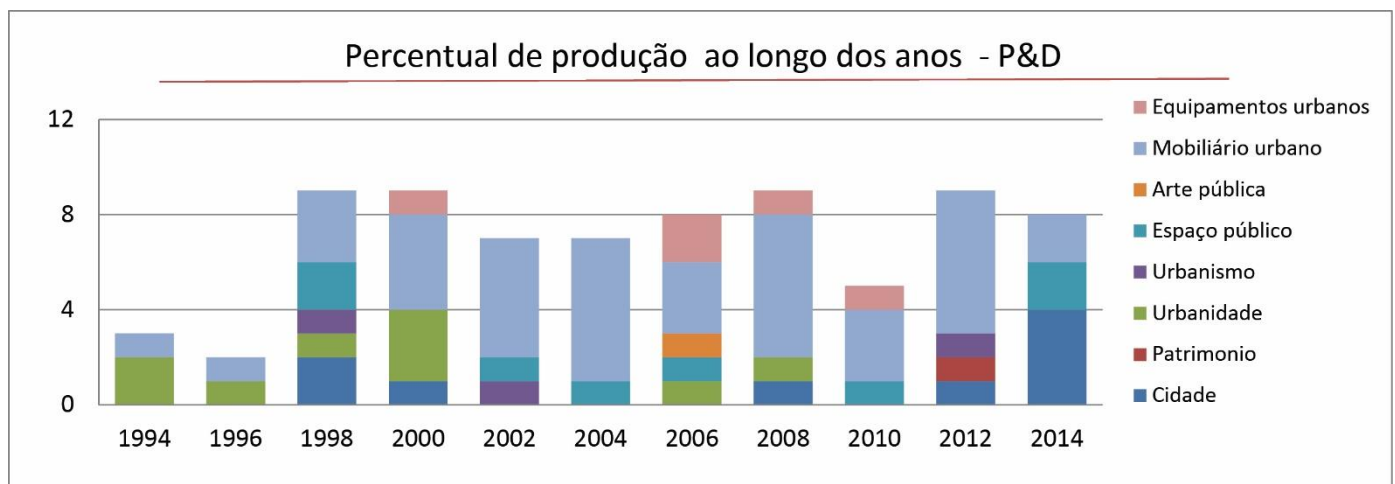


Figura 6 - Análise de artigos aprovados por temas – P&D

Diferente do Ciped, o tema 'mobiliário urbano' esteve em destaque em todas as edições do P&D Design. A presença permanente do tema pode estar relacionada a abertura desse congresso à trabalhos realizados em cursos de graduação em Design, os quais, muitas vezes, são correlatos ao tema.

No geral, até o ano de 2008, o tema 'urbanidade' esteve presente entre as publicações, contudo, nas últimas edições não teve nenhuma representatividade.

O tema 'cidade' não apresentou constância em todas as edições do evento, entretanto, assim como no Ciped, obteve maior destaque nos últimos anos.

Esse quadro pode ser avaliado como uma dissociação das questões relativas à cidade com relação à urbanidade. O que pode trazer certa estranheza, considerando a perspectiva humana que ambos os temas trazem consigo.

Considerando a segmentação de temas por congresso, observa-se que o P&D apresentou pouca variedade e variação de temas por edição, enquanto que no Ciped houve uma certa evolução. A princípio, esse congresso abordava um pequeno leque dos temas relacionadas à cidade e seus elementos, e ao decorrer de suas edições, apresentou uma gama maior de temas. O que pode ser explicado pelo contexto da superespecialização dos temas aqui abordados ao longo das últimas décadas [34].

CONCLUSÃO

Por meio da análise aqui desenvolvida, pôde-se observar que o Ciped e o P&D Design foram organizados por diferentes grupos de pesquisa, sendo que a recente expansão dos programas de pós-graduação em Design contribuiu para a expansão da produção científica na área. Todavia, os temas relacionados à cidade e seus elementos ainda representam uma pequena parcela dessa produção, possivelmente devido à abrangência e à diversidade de temas e atuação do Design.

No geral, o destaque dos temas 'mobiliário urbano', 'cidade' e 'urbanidade' pode estar relacionado à emergência do pensamento contemporâneo que se caracteriza pela influência

da perspectiva humana, o qual, cada vez mais, questiona os rumos a serem tomados pelas cidades em um futuro próximo.

A presença desses temas dentro de congressos de Design mostra uma maior aproximação entre as áreas. O que evidencia, cada vez mais, a trans, inter e multidisciplinaridade do Design e suas áreas de atuação.

AGRADECIMENTO

Os autores agradecem à CAPES, CNPq (Proc. 473235/2011-0 e 309290/2013-9) e FAPESP (2013/11156-1).

REFERENCIAS

- [1] Barros, J.D., 2011, "As ciências sociais e os modelos de cidade", *Arquitetura Revista*, Vol. 07, n.1, p.21-33, jan/jun.
- [2] Scocuglia, J.B.C.; Chaves, C. e Lins, J., 2006, *Percepção e memória da cidade: o ponto de cem Réis*, *Arquitextos*, n.068.07 [<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/393>].
- [3] Ascher, F., 2010, "Os novos princípios do urbanismo", *Romano Guerra*, São Paulo, Cap. 1
- [4] Rogers, R., 2001, "Cidades para um pequeno planeta", *Editorial Gustavo Gili*, Barcelona, Cap. 1.
- [5] Paiva, B.A.F., 2012, "Design e Urbanidade: CumpliCidades do Programa Polis", *Tese de Doutorado*, Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitetura, Lisboa, 389 p.
- [6] Press, M. e Cooper, R., 2009, "El diseño como experiencia: El papel del diseño y los diseñadores em el siglo XXI", *Barcelona*, GG Diseño.
- [7] Paiva, B., "Design e Cidade – para uma urbanidade inclusiva", 5º Congresso Internacional de Pesquisa em Design (CIPED), Bauru, SP, Brasil.
- [8] Houaiss, A. e Villar, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- [09] Lencioni, S., 2008, "Observações sobre os conceitos de cidade e urbano", *GEOUSP-Espaço e Tempo*, São Paulo, 24, pp. 109-123.

[10] Mourão, T., 2000, "Santa Clara-a-Velha – reflexos do património", Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra.

[11] Funari, P. P. A., 2001, "Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 41 (1/2), pp. 23-32.

[12] Ferreira, M. L. M., 2006, "Patrimônio: discutindo alguns conceitos", *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, 10(3), pp. 79-88.

[13] BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Título VIII, Cap. III, Seção II, Art. 216.

[14] Ribeiro, W. C., 2006, "Visões do patrimônio", *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, 10(3), pp. 89-94.

[15] Harouel, Jean-Louis. "História do Urbanismo", Campinas, SP: Papyrus, 1990, 150p.

[16] Carta de Atenas. "El Urbanismo de los CIAM". Congressos Internacionales de Arquitectura Moderna. Buenos Aires: Editorial Contémpera, 1950.

[17] Agache, A. H., "Cidade do Rio Janeiro, extensão, remodelação e embelezamento (Plano Agache) Paris: Foyer Brésilien, 1930.

[18] Ultramari, C., 2009, "Significados do Urbanismo", *Pós*, 16(25), São Paulo, pp. 166-184.

[19] Choay, F., 1965, "O urbanismo, utopias e realidades. Uma Antologia", *Perspectiva*, São Paulo.

[20] Ultramari, C., 2009, "Significados do Urbanismo", *Pós*, 16(25), São Paulo, pp. 166-184.

[21] Secchi, B., "Primeira lição de urbanismo". São Paulo: Perspectiva, 2005).

[22] Correia, N., 2007, "O conceito Polis e a Requalificação Urbana", "Viver as Cidades Programa Polis – Os projectos e as obras de requalificação urbana", Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Lisboa, pp 6.

[23] Goodman, N., 2007, "Quando há Arte?", *O que é a arte?*, D' Orey, C., ed., Dinalivro, Lisboa, pp.119-133.

[24] Remesar, A., 2003, "Arte e espaço público. Singularidades e incapacidades da linguagem escultórica para o projecto urbano", *Design de espaço público: deslocação e proximidade*, Brandão, P., Remesar, A., eds., Centro Português de Design, Lisboa, pp. 26-40.

[25] ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1986, "NBR 9284 - Equipamento Urbano: Classificação", ABNT, Rio de Janeiro, pp. 1-4.

[26] NBR 9284. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1986, "NBR 9283 - Mobiliário Urbano: Classificação", ABNT, Rio de Janeiro, pp. 1-5.

[27] Leite Filho, G. A., 2008, "Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico", *Rev. Adm. Contemp.*, 12(2), pp. 533-554.

[28] Guedes, V. e Borschiver, S., 2005, "Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão de informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica", *CINFORM – Encontro nacional de Ciência da Informação*, 6, Anais, Salvador, ICI/UFBA.

[29] Marques, S. A., Miot, H. A., Abbade, L. P. F., 2008, "Produção científica publicada nos Anais Brasileiros de Dermatologia (2003-2007)", *An. Bras. Dermatol.*, 83(6), pp. 555-560.

[30] Munari, D. B., Oliveira, N. F., Saeki, T., Souza, M. C. B. M., 2008, "Analysis of scientific production of mental health researcher and psychiatric nursing specialist meetings", *Rev Latino-Am Enfermagem*. 16(3), pp. 471-476.

[31] Rasmussen-Cruz, B., Martin, A. H-S., 2003, "Bibliometria", *Salud Pública Méx.*, 45(1), pp 167-170.

[32] Lacerda, D. P., Silva, E. R. P., Navarro, L. L. L., Oliveira, N. N. P., Caulliriaux, H. M., 2007, "Algumas caracterizações dos métodos científicos em engenharia de produção: uma análise de periódicos nacionais e internacionais", *Anais do XXVII Congresso Nacional de Engenharia de Produção*, Foz do Iguaçu, PR.

[33] Morin, Edgard. 2006. "Introdução ao pensamento complexo". Porto Alegre, Sulina, 120 pp.